

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

MINISTRO DE ESTADO
 Edison Lócio

SECRETARIA EXECUTIVA
 Márcio Pereira Zimemont

SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL
 Carlos Nogueira da Costa Júnior

CPRM - SERVIÇO GEOLOGICO DO BRASIL

DIRETOR-PRESIDENTE
 Manoel Barreto da Rocha Neto

DIRETOR DE HIDROLOGIA E GESTÃO TERRITORIAL
 Thales de Carvalho Simões

DIRETOR DE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS
 Roberto Ventura Santos

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DESENVOLVIMENTO
 Antônio Carlos Escobar Nunes

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Eduardo Santa Helena da Silva

Departamento de Gestão Territorial
 Cassio Roberto da Silva

Departamento de Hidrologia
 Frederico Caldeira Pinheiro

Coordenação Nacional
 Sandra Fernandes da Silva

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPT

CENTRO DE TECNOLOGIAS GEOAMBIENTAIS - CTGAO

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação
 Omar Yazbeck Bitar
 Tânia de Oliveira Broga
 Carlos Gabriel Luz de Freitas

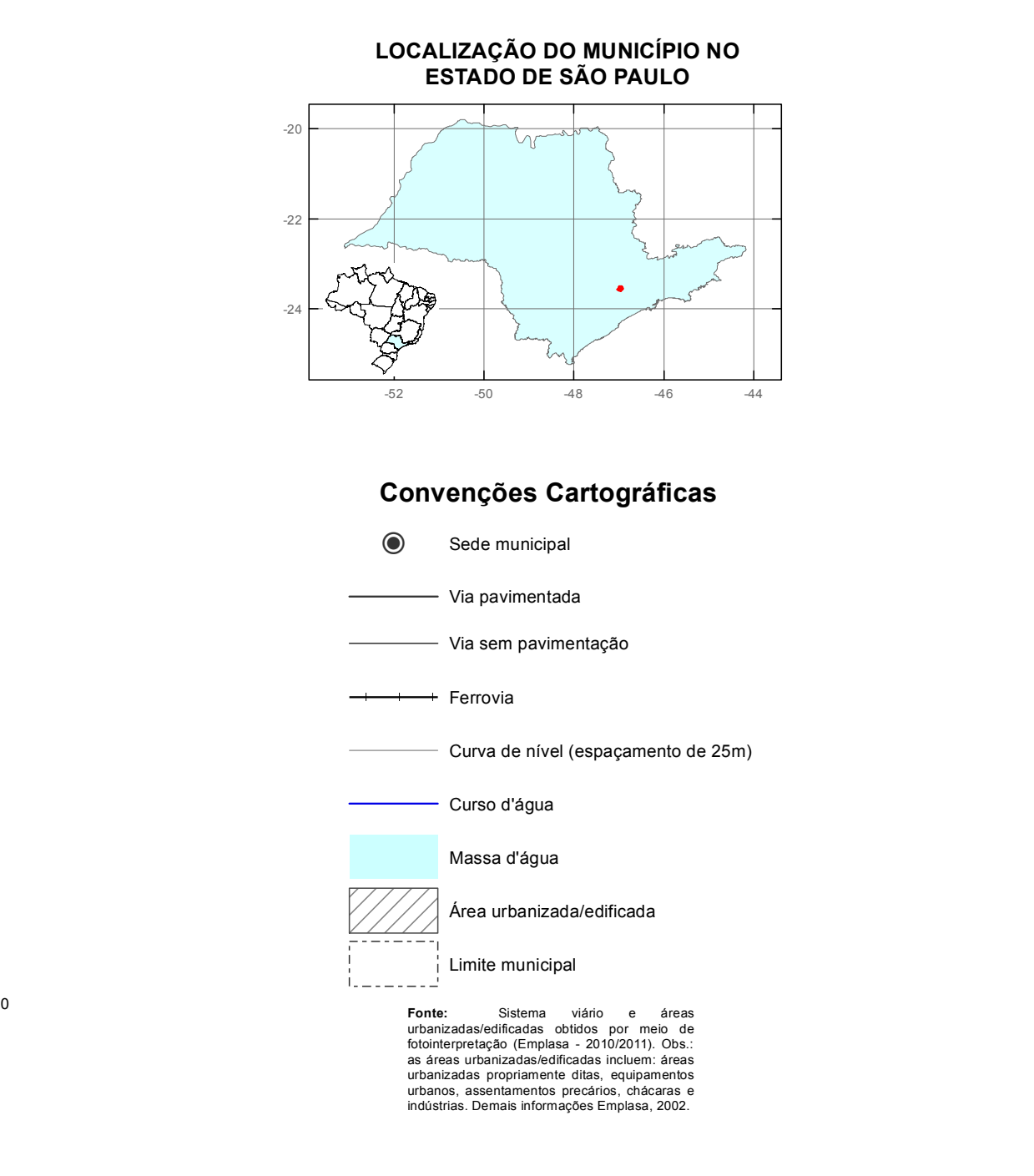
Execução
Laboratório de Recursos Hídricos e Avaliação Geoambiental
 Álvaro Camargo Kopszynski
 Amarilly Luciani Figueiredo Galvão
 Ana Cândida Melo Cavani Monteiro
 Ana Clara Guimarães
 Ana Márcia de Carvalho
 Ana Maria de Azevedo Dantas Martins
 André Luiz Ferreira
 Antônio José Cablo Balduino
 Bernardo Nóbrega
 Caio Pompeu Cavallieri
 Carlos Gabriel Luz de Freitas
 Caroline Quina dos Santos Kereskes
 Débora Terapi
 Fausto Luis Stefani
 Fernando Fernandes
 Guilherme de Paula Santos Cortez
 José Luiz Albuquerque Filho
 Leonardo Luc Colégio
 Luiz Gustavo Facchi
 Maria Cristina Jacinto de Almeida
 Nádia Franqueto Correa
 Nivaldo Pinheiro
 Omar Yazbeck Bitar
 Pedro de Paula Yousef
 Priscila Riemann
 Priscilla Moreira Argentin
 Roberto Tadeu Pinho Sakata
 Rodrigo Augusto Stabile
 Sérgio Gouveia de Azevedo
 Sofia Júlia Alves de Campos
 Tânia de Oliveira Broga

Laboratório de Riscos Ambientais
 Agostinho Tadeu Ogura
 Alessandra Cristina Corsi
 Aline Fernandes Helton
 Claudio Luiz Ribeiro Gomes
 Eduardo Soares de Macedo
 Fabrício Araújo Maranhão
 Geilson Salviano de Almeida
 Kléber Caba
 Marcelo Fischer Gramani
 Zeno Helmeiser Júnior

CENTRO DE TECNOLOGIAS DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA - CTIOAB

Seção de Geotecnia
 Alessandra Corrêa Siqueira
 Laura Kazumi Dahra

Seção de Recursos Minerais e Tecnologia Cerâmica
 Carlos Tadeu de Carvalho Gamba



Nota: Documento cartográfico complementar ao Objeto 0862 do Programa de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, incluído no Plano Plurianual 2013-2015 do Planejamento Orçamentário e Gestão. Sua elaboração considera, entre outras referências, as diretrizes contidas no manual para zoneamento de suscetibilidade, perigo e risco a deslizamento, publicado em 2008 pelo Comitê Técnico de Planejamento e Avaliação de Riscos, das Associações Técnico-científicas Interiores de geologia e engenharia geotécnica (ISSAGE, IAGG e ISRM - JTC-1) e traduzido em 2013 pela ABGE e ABAS. A carta tem caráter informativo e é apresentada para uso exclusivo de caráter de planejamento e gestão do território, apontando-se áreas quanto ao desenvolvimento de processos de meio físico que podem ocasionar desastres naturais. As informações geradas para a elaboração da carta estão em conformidade com a escala 1:25.000, podendo eventualmente ser apresentada em escalas menores. A utilização da carta pressupõe a consulta prévia ao acervo técnico denominado "Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações, 1:25.000 - Nota Técnica Explicativa". O zoneamento apresentado é de nível básico e não deve ser utilizado em projetos de obras de engenharia especializadas, exceto por meio de complementação e tratamento de dados secundários disponíveis e validação em campo. As zonas apontadas na carta indicam áreas de predominância quanto ao processo analisado. Não indica a trajetória e o raio de alcance dos materiais mobilizáveis e tampouco a interação entre os processos. A classificação relativa (alta, média, baixa) aponta áreas onde a propensão ao processo é maior ou menor em comparação a outras. Dentro das zonas pode haver áreas com classes distintas, mas sua identificação não é possível devido à escala da carta. Nos terrenos, a transição entre as classes tende a ser apressada e o processo pode ocorrer localmente, em classes inferiores, o que não pode ser considerado em seu domínio, pois atividades humanas podem modificar sua dinâmica. A presença de feições associadas a processos pode alterar localmente a classe indicada. O zoneamento não pode ser utilizado para avaliar a estabilidade dos terrenos, bem como não se destina a emprego em escala que não seja de origem, sendo que tais usos importados podem gerar consequências incorretas. Estudos mais detalhados em nível local são necessários, particularmente em áreas de suscetibilidade alta e média, podendo produzir limites distintos na carta. Nas áreas urbanizadas/edificadas, ressaltase o fato de que as classes indicadas podem estar alteradas, para mais ou para menos, a depender do grau de influência da ocupação existente. As áreas de suscetibilidade alta em áreas urbanizadas pressupõem condições com potencial de risco maior e requer estudos específicos.